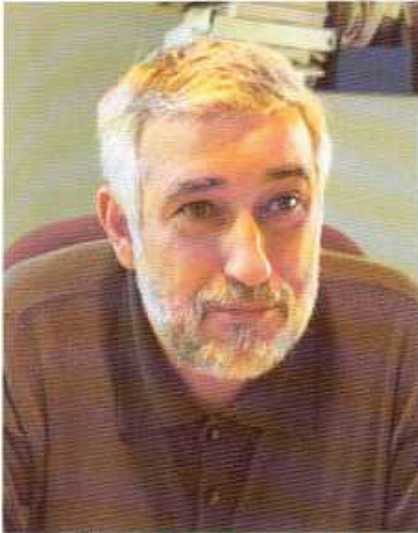


Jorge Custódio<sup>1</sup>

# “A História das cidades termina no século XX e não no século XVIII”

por Cláudia Veloso



**A**o escolher para tema de capa da presente edição o “Património Arquitectónico Industrial”, a Pedra & Cal não podia deixar de ouvir uma personalidade cujo nome é indissociável do que em termos de sensibilização, divulgação e defesa do Património Industrial melhor se tem feito no nosso país. Trata-se do Doutor Jorge Custódio, actualmente em Comissão de Serviço na Câmara Municipal de Santarém como Director do Projecto Municipal “Santarém a Património Mundial” e que, nesta entrevista à P&C, fala do seu percurso profissional, da importância de alguns projectos em que tem participado, mas onde tece também críticas relativamente a algumas opções que têm vindo a ser tomadas na área do Património Industrial.

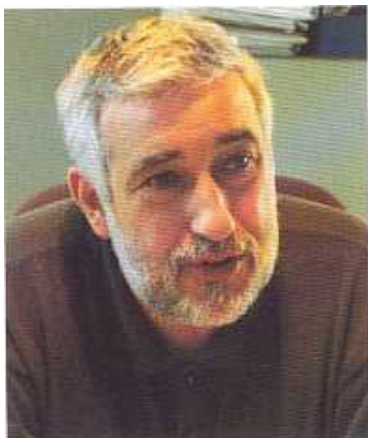
**Pedra & Cal - Especializou-se em Arqueologia Industrial em 1977, tendo acompanhado a actividade e o desenvolvimento desta nova disciplina a nível internacional e contribuído para a sua introdução em Portugal. O que é que o motivou para esta área?**

**Jorge Custódio -** O primeiro momento foi o de consciencialização de que o Património não era constituído apenas por conventos, igrejas e palácios classificados. Se as sociedades mudam, os valores que vão criando devem, todos eles, ser protegidos. Assumi a primeira atitude de defesa do Património Industrial

em 1981, quando fui nomeado pelo então Secretário de Estado Pulido Valente para liderar um grupo de trabalho de Defesa do Património. Considero que fizemos um excelente trabalho e contribuímos para a sensibilização nesta área, porque percorremos todo o país, divulgando junto dos autarcas, governos civis e outros organismos a importância da salvaguarda do património, nomeadamente do Património Industrial. Mas a experiência que me permitiu dar um salto qualitativo foi a organização da Exposição de Arqueologia Industrial - “Um Mundo a Descobrir,

Jorge Custódio publicou inúmeras obras, nomeadamente, sobre História Económica, História Social, História Industrial, Arqueologia, Património Industrial, Património Cultural, História Local, Estudos de Museologia e Recensões Críticas. Entre as suas intervenções arqueológicas contam-se a coordenação da primeira equipa técnico-científica para as escavações da Fábrica de Vidros da Amora, a intervenção no Alto-forno de Pedreanas e na Fábrica de Vidros Lusitana de Emílio Gallo (Marinha Grande), entre outras. Participou na Comissão Organizadora de várias Exposições, entre as quais “Dos Vidros de Coína à Fábrica de Garrafas de Vidro na Amora - Cinco Séculos de Indústria do Vidro em Portugal” (1983), “As Fábricas de João Mendes Veiga & Sucessores” (1987), “A Indústria do Vidro na Perspectiva da Arqueologia Industrial” (1989), “Musealização da Máquina a Vapor de Soure” (1998), etc. Participa regularmente em Colóquios, Conferências e Reuniões de Trabalho, tanto em Portugal como no estrangeiro. No âmbito museológico, elaborou ou participou nos projectos para o Museu das Pirites Alentejanas; Museu dos Lanifícios da Região da Covilhã; Museu da Indústria do Vidro da Marinha Grande; Museu da Fábrica de Cimentos da Maceira Lis; Núcleo da Tinturaria Pombalina da Real Fábrica de Panos do Museu dos Lanifícios da U.B.I.; Núcleo Museológico do Tempo, a integrar na Torre do Relógio de Santarém; Museu de Cortiça da Fábrica do Inglês, entre outros.

um Mundo a Defender”, em 1985, no edifício classificado da Central Tejo, em Lisboa. Este trabalho permitiu-me ter uma noção geral sobre industrialização portuguesa, saber onde estava o Património Industrial, identificar as máquinas, as técnicas, os arquivos empresariais e a própria memória operária. O resultado foi a maior exposição sobre esta matéria que teve lugar em Portugal, que permitiu a recupe-



ração e a musealização do edifício da Central Tejo. Numa área de cerca de 2 000m<sup>2</sup> fez-se a exposição dos objectos que tínhamos recolhido em todo o país. Lamento apenas a falta de coragem do Estado para investir na publicação do catálogo desta exposição. Aprendi com esta experiência que todas as exposições devem ter um catálogo publicado, que sirva de base a investigadores futuros.

P&C - Recuando um pouco no tempo, como é que surge o tema da Arqueologia Industrial em Portugal?

J.C. - A expressão Arqueologia Industrial chega ao nosso país na década de 70, por influência da grande actividade dos ingleses neste domínio. É na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1977, que se criam os primeiros adeptos da Arqueologia Industrial, entre os quais eu próprio, que na altura leccionava a cadeira Revolução Industrial. Com os meus alunos, organizámo-nos para a execução de exposições e visitas guiadas, para que se começasse a agir no terreno. Criámos a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL), que fun-

cionou entre 1980 e 1986, altura em que surge a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), já com características nacionais, à qual presidi até 1993.

P&C - Hoje assume claramente uma atitude de oposição em relação à APAI...

J.C. - Não só em relação à APAI, como à APPI - Associação Portuguesa do Património Industrial, sediada no Porto. Os objectivos esta-

*“Os estudos históricos são importantes, mas mais importante ainda é agir para evitar as demolições. Por outro lado, já não são admissíveis confusões entre os conceitos de Arqueologia Industrial e Património Industrial.”*

tutários dessas Associações prendem-se com a salvaguarda, conservação e valorização do Património Industrial, embora cada uma tenha orientações diferentes. Costuma dizer-se que eu constituo uma espécie de “terceira via”, porque não me revejo nem na APPI, nem na APAI. Considero que os pressupostos de ambas as organizações estão errados, em especial no que diz respeito aos conteúdos objectivos que estão latentes a dois conceitos - o de Arqueologia Industrial e de Património Industrial.

P&C - Que diferenças fundamentais há entre os dois conceitos?

J.C. - O Património Industrial é o resultado da intervenção humana no nosso universo, que marcou as últimas fases da História Industrial recente, e que constitui um valor que não pode ser descurado. O fenómeno da desindustrialização colocava no caixote do lixo um conjunto de valores criados pelas sociedades industriais, de grande interesse técnico, arquivístico e arquitectónico. O que é fundamental e urgente é denunciar o que está a ser feito no Património Industrial e caminhar pela via do trabalho concreto de identificação, valorização

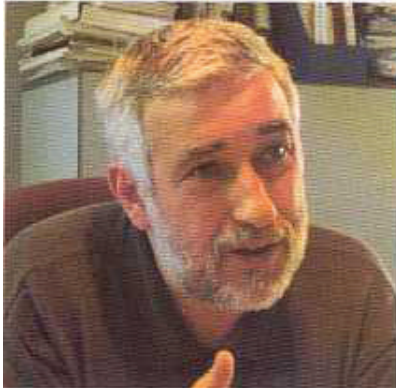
e intervenção nesse Património. É necessário definir, de uma vez para sempre, que a questão do Património Industrial é prioritária em relação a todas as outras questões, e que não se pode reduzir esta temática ao estudo da História Industrial, que é o que faz, essencialmente, a APAI neste momento. Os estudos históricos são importantes, mas mais importante ainda é agir para evitar as demolições. Por outro lado, já não são admissíveis confusões entre os conceitos de Arqueologia Industrial e Património Industrial. Arqueologia Industrial é uma metodologia para conhecer o Património Industrial, que utiliza fontes próprias, processos técnicos próprios, que permite recolher informações que não estão contempladas nos documentos nem nas paredes dos edifícios.

P&C - E existem, em Portugal, técnicos qualificados e em número suficiente para desenvolver esse trabalho?

J.C. - Só recentemente é que começaram a aparecer técnicos formados nesta área. Tanto a AAIRL como a APAI, e aí honra lhes seja feita, constituíram cursos de formação de especialistas. Também a Associação Industrial Portuense organizou, em 1982, um curso neste âmbito. Recentemente, o IPPAR assinou um protocolo com a Universidade da Beira Interior para a formação de quatro técnicos que irão realizar o inventário do Património Industrial da Covilhã. Ao nível das Universidades, ainda não foi dado o salto qualitativo nesta matéria, e também elas não diferenciam os conceitos de Património e Arqueologia Industrial. Muitas vezes o que fazem é História Industrial. Agarraram a ideia mas não lhe deram a forma correcta, mais exequível e mais necessária para Portugal. Apesar de terem cadeiras de Património Industrial, o que fazem é o estudo de documentos escritos, recorrendo poucas vezes aos documentos físicos. Como é que se pode estudar esta disciplina quando se desconhece a realidade material que os próprios edifícios e escavações permitem ler?

P&C - Além dos técnicos, é preciso investimento por parte das entidades públicas...

J.C. - O trabalho de sensibilização das autoridades é, de facto, moroso e complicado. Tratava-se, sobretudo na década de 80, de um tema perigoso, porque implicava com a



estrutura de funcionamento do desenvolvimento português. As cidades eram olhadas como algo que tinha História, mas uma História que terminava no século XVIII, e não no século XX. Ao mesmo tempo, havia investidores interessados nas zonas industriais desafectadas, para aí construírem loteamentos urbanísticos. Era preciso que a nossa acção ganhasse consciência na comunidade. E, na realidade, é na década de 80 que se dá um grande impulso na sensibilização e que se recuperam algumas estruturas de grande interesse patrimonial. No entanto, as dificuldades continuam a ser sentidas, sobretudo por alguma incapacidade técnica do Estado que, por um lado, ainda não está totalmente motivado, em segundo lugar porque este é um tema vastíssimo, e por último porque falamos de intervenções que envolvem muito dinheiro.

P&C - Apesar das dificuldades, há trabalho concreto realizado ou a ser desenvolvido. Dê-nos alguns exemplos.

J.C. - Neste momento, nas Zonas Industriais, estão muitas equipas a trabalhar. Por exemplo, na Zona do Vale do Ave, no Porto, em Viana do Castelo ou na Covilhã. O Museu do Trabalho, em Setúbal, é exemplo de um trabalho bem conseguido, assim como o Museu da Fábrica de

Cimentos da Maceira Liz, em Leiria, o Museu da Universidade da Beira Interior, a Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coima, a Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã, a Fábrica de Vidros Lusitana ou o Museu da Luz, na Madeira, entre outros.

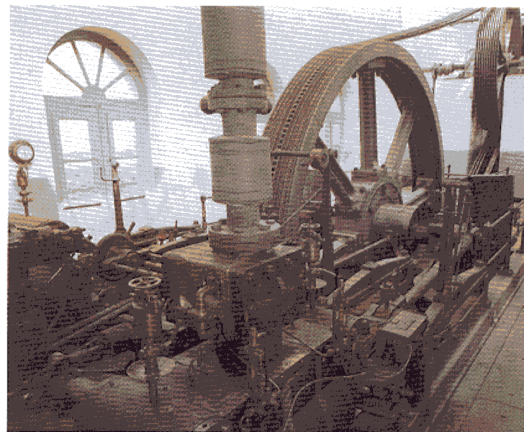
P&C - Que utilização devem ter os edifícios industriais recuperados?

J.C. - Em países mais sensibilizados para esta matéria, sobretudo em Inglaterra, os edifícios estão a ser praticamente todos protegidos, mesmo que o seu objectivo não seja desempenhar funções culturais. Alguns têm mesmo funções sociais: escolas, bairros habitacionais, etc. Este tipo de património, pela sua grandiosidade, importância histórica, arquitectónica e cultural, não deve ter uma mera ou exclusiva utilização cultural. E é aqui que falta alguma maturidade no pensamento dos nossos arquitectos, urbanistas e técnicos do património. Em primeiro lugar, é preciso identificar, inventariar, recensear, estudar e imediatamente definir o que é que interessa ou não preservar. Há edifícios que são baracões e que podem, efectivamente, ser demolidos. Mas há outros que vivem, por exemplo, pela sua beleza estética natural. Outros ainda são obra de grandes engenheiros ou arquitectos, que merecem ser preservados pela sua importância arquitectónica. A maioria dos edifícios têm sido transformada em museus, por ser esta a forma que permite conservar estruturas *in situ*. Recordo aqui o caso do Museu de Cortiça da Fábrica do Inglês, em Silves, cujo projecto de musealização foi coordenado por mim, e que beneficiou de um restauro completo para funções de restauração, animação e outras utilizações culturais. Um trabalho importantíssimo é também o de selecção dos bens industriais que devem ser preservados, e definir a sua função. Podem ser criadas, por exemplo, reservas a nível nacional para esses equipamentos ou utilizá-los em funções culturais, museológicas ou pedagógicas.

P&C - A recuperação da Máquina a Vapor de Soure, hoje exposta no NorteShopping, é um bom exemplo

de recuperação de um equipamento industrial de grande valor patrimonial. Conte-nos como desenvolveu esse trabalho.

J.C. - Este projecto nasceu da demolição da Fábrica de Fiação e Tecidos de Soure, que possuía uma máquina a vapor da Buckley & Taylor interessantíssima, que a Fundação Belmiro de Azevedo decidiu preservar. A protecção e salvaguarda da máquina construída na Inglaterra, materializou-se não através de um projecto museológico *in situ*, mas com a sua transferência para esse novo espaço de vida económica e de lazer, cujo tema está correlacionado com o Património Industrial. O processo da sua transferência, que viabilizou a sua salvaguarda como um bem cultural de fruição pública, foi acompanhado de um estudo histórico e técnico da referida máquina. Este trabalho, com tudo o que veio a implicar de actuação pública subjacente, realizou-se procurando respeitar as características técnicas da primitiva montagem da máquina no seu espaço fabril. Todavia, a sua salvaguarda implicou, para além da mera desmontagem em Soure e



Máquina a Vapor da Fábrica de Fiação e Tecidos de Paleão (Soure). 1898  
Perspectiva a partir do cilindro de alta pressão

remontagem em Matosinhos, a defesa dos arquivos da Fábrica de Soure e de outros bens técnicos, a criação de um grupo de pressão para a salvaguarda do arquivo Histórico da Fábrica de Fiação de Tomar e Museu respectivo e ainda a sensibilização para outros patrimónios. ■